



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 16, DE 2019

(nº 153/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 153

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Os méritos do Senhor Henrique da Silveira Sardinha Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de abril de 2019.

Brasília, 12 de Abril de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 101/2019/CC/PR

Brasília, 26 de abril de 2019.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO

CPF.: 251.592.166-34

ID.: 7548 MRE

1956 Filho de Geraldo Sardinha Pinto e Déa Lúcia da Silveira Pinto, nasce em 19 de abril, em Belo Horizonte/MG

Dados Acadêmicos:

1978 CPCD - IRBr
1981 Direito pela Universidade do Distrito Federal
1983 CAD - IRBr
1998 CAE - IRBr, O Escritório Financeiro em Nova York e seu Papel na Execução Orçamentária e Financeira do Itamaraty no Exterior

Cargos:

1979 Terceiro-secretário.
1981 Segundo-secretário
1987 Primeiro-secretário, por merecimento
1994 Conselheiro, por merecimento
2000 Ministro de segunda classe, por merecimento
2009 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1979 Divisão da América Central e Setentrional, assistente
1982 Embaixada em Roma, Segundo-Secretário
1983 Representação Permanente junto à FAO, Roma, Segundo-Secretário
1984 XVIII Sessão do Grupo Intergovernamental de Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, FAO, Roma, Chefe de delegação
1984 XV Sessão do Subgrupo de Estatística, FAO, Roma, Chefe de delegação
1984 Reunião de Peritos sobre Preços Indicativos de Fibras Duras, FAO, Roma, Chefe de delegação
1984 XIX Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Fibras Duras, FAO, Roma, Chefe de delegação
1984 XXII Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Grãos, FAO, Roma, Chefe de delegação
1985 XI Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Carnes, FAO, Roma, Chefe de delegação
1986 Embaixada em La Paz, Segundo e Primeiro-Secretário
1988 Embaixada em Manágua, Conselheiro comissionado
1990 Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, assessor
1991 Secretaria-Geral de Controle, Coordenador-Executivo, substituto
1991 Secretaria-Geral Executiva, Coordenador-Executivo, substituto e Chefe de Gabinete, substituto
1992 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Chefe de Gabinete
1993 Divisão de Pagamentos do Pessoal, Chefe substituto e Chefe
1994 Escritório Financeiro em Nova York, Conselheiro
1997 Embaixada em Ottawa, Conselheiro
1999 Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, Chefe

2002	Escritório Financeiro em Nova York, Ministro-Conselheiro
2006	Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, Chefe de Gabinete
2006	Departamento de Promoção Comercial, Diretor
2009	Embaixada em Argel, Embaixador
2013	Embaixada em Tel Aviv, Embaixador
2016-19	Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos

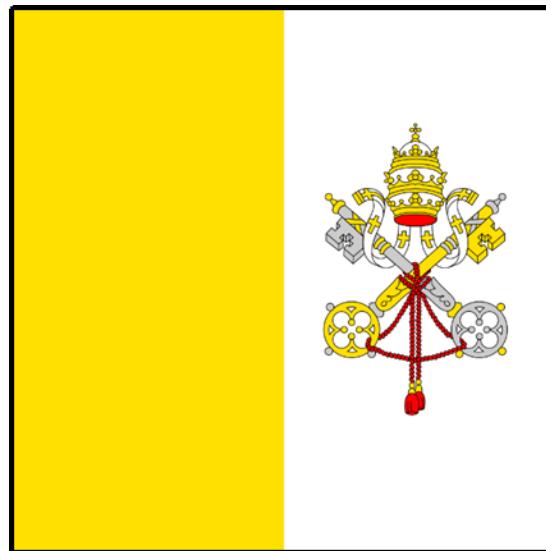
Condecorações:

1982	Ordem da Águia Azteca, México, Insígnia
1985	Ordem ao Mérito da República Italiana, Itália, Cavaleiro
1988	Ordem Nacional do Condor dos Andes, Bolívia, Oficial
1992	Medalha de Honra da Inconfidência, Minas Gerais, Brasil
1994	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
1994	Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, Cavaleiro
2007	Real Ordem ao Mérito, Noruega, Grande Oficial
2008	Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Comendador
2013	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa Meridional e da União Europeia

SANTA SÉ



INFOMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2019

DADOS BÁSICOS SOBRE A SANTA SÉ	
NOME OFICIAL:	Santa Sé
GENTÍLICO:	Vaticano
CAPITAL:	Cidade do Vaticano
ÁREA:	0,44 km ²
POPULAÇÃO:	1000 habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS:	latim e italiano
PRINCIPAL RELIGIÃO:	Católica apostólica romana
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia eletiva teocrática
CHEFE DE ESTADO:	Papa Francisco (Jorge Mario Bergoglio) (desde mar/13)
SECRETÁRIO DE ESTADO (CHEFE DE GOVERNO):	Monsenhor Pietro Parolin (desde out/13)
SECRETÁRIO PARA AS RELAÇÕES COM OS ESTADOS (CHANCELER):	Paul Gallagher (desde mar/2004)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR NO VATICANO	Luiz Felipe Mendonça Filho (desde mar/17)
NÚNCIO APOSTÓLICO NO BRASIL	Dom Giovanni d'Aniello (desde fev/12)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	doze sacerdotes

Informação elaborada em 03/04/2019 por Márcio dos Anjos. Revisada em 04/04/2019 por Marcela Pompeu.

APRESENTAÇÃO

Com base territorial na Cidade do Vaticano, com 0,44 km² de área e população de 1.000 habitantes, a Santa Sé tem dupla condição de sede de poder espiritual e temporal, o que imprime caráter especial à sua ação externa. A Igreja Católica é a única instituição confessional do mundo com acesso formal às relações diplomáticas, e sua interação com os outros atores da cena internacional se dá por meio da Santa Sé, pessoa jurídica conduzida pelo Papa e pelas instituições da Cúria Romana, que o auxiliam em sua missão.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Papa Francisco
Cardeal Jorge Mario Bergoglio



O Papa Francisco nasceu em Buenos Aires em 17 de dezembro de 1936 e é o 266º Pontífice a assumir o trono petrino. Primeiro Jesuíta e primeiro sul-americano a ser eleito Papa, foi nomeado Arcebispo Metropolitano de Buenos Aires em 28 de fevereiro de 1998 e Cardeal-presbítero em 21 de fevereiro de 2001. Filho de migrantes italianos, formou-se em Química. Ingressou na Companhia de Jesus em 1958. Lecionou literatura e graduou-se em Teologia em 1969.

Foi nomeado cardeal no Consistório Ordinário Público de 21 de fevereiro de 2001, presidido pelo Papa João Paulo II. Integrou diversos dicastérios (departamentos da Cúria Romana) tais como a Congregação para o Clero e as Pontifícias Comissões para a Família e para a América Latina. Escolhido Papa em 13 de março de 2013, foi entronizado em 19 de março.

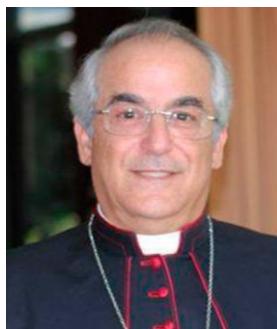
Secretário de Estado Cardeal Pietro Parolin



Pietro Parolin nasceu em 17 de janeiro de 1955 em Schiavon, na Itália. Diplomata formado pela Pontifícia Academia Eclesiástica, iniciou seu serviço diplomático em 1986, na Nigéria. Entre 1989 e 1992, atuou no México. Entre 1992 e 2009, trabalhou na Secretaria para Relações com os Estados, até que Bento XVI o nomeou Núncio Apostólico na Venezuela.

Em 2002, foi nomeado Subsecretário para as Relações com os Estados, o que corresponde ao encargo de Vice-Chanceler. No período em que esteve na Secretaria de Estado, colaborou com dois Papas, três secretários de Estado e três Secretários para as Relações com os Estados. Especialista em Oriente Médio, atuou na Comissão bilateral Santa Sé-Israel. Em 15 de outubro de 2013, foi nomeado Secretário de Estado pelo Papa Francisco.

Núncio Apostólico Dom Giovanni D'Aniello



Giovanni d'Aniello nasceu em Aversa, Itália, em 1954. Foi ordenado sacerdote em 1978. É doutor em Direito Canônico. Ingressou no Serviço Diplomático da Santa Sé em 1983, tendo desempenhado a sua atividade junto às Representações Pontifícias do Burundi, Tailândia, e Líbano. Exerceu a função de núncio apostólico na República Democrática do Congo, na Tailândia e Camboja. Em fevereiro de 2012, foi nomeado núncio apostólico do Brasil, pelo Papa Bento XVI.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Igreja Católica mantêm relações diplomáticas desde 23 de janeiro de 1826, quando o papa Leão XII recebeu as cartas credenciais de monsenhor Francisco Corrêa Vidigal, que havia sido enviado a Roma por Pedro I para efetuar gestões em favor do reconhecimento da independência proclamada em 1822.

A Constituição de 1824 estabelecia o catolicismo como religião oficial do Império. Ao imperador, por exemplo, era facultado o direito ao padroado (prerrogativa de preencher os cargos eclesiásticos mais importantes) e ao beneplácito (aprovação das ordens e bulas papais para que fossem cumpridas, ou não, em território nacional). Os sacerdotes tinham o status de funcionários públicos, recebendo salários da Coroa.

Desde a Constituição republicana de 1891, vigora no Brasil o princípio da liberdade religiosa e a separação entre a Igreja e o Estado. Tais princípios já estavam consignados no Decreto do Governo Provisório da República, de 1890, e, em 1893, reconheceu-se a personalidade jurídica das igrejas e seu direito à propriedade.

Em 1902, a representação diplomática da Santa Sé no Brasil foi elevada à categoria de Nunciatura. A representação brasileira na Santa Sé foi elevada à categoria de Embaixada em 1919.

Os católicos correspondem a cerca de 65% da população brasileira, o que faz com que o Brasil seja considerado pela Santa Sé o maior país católico do mundo, onde atua o mais numeroso episcopado da Igreja. A atividade da Igreja Católica no Brasil é orientada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A pauta bilateral entre Brasil e Santa Sé registra boa dose de convergência com relação a uma série de questões debatidas no plano multilateral. As posições se aproximam, por exemplo, em matéria de paz e segurança internacional, desarmamento e não proliferação e condenação ao terrorismo.

Em 2011, o Papa Bento XVI formalizou a escolha do Rio de Janeiro como sede da XXX Jornada Mundial da Juventude, realizada em julho de 2013.

O Brasil possuía, até 2017, somente seis santos – São Roque González de Santa Cruz, Santo Afonso Rodrigues, São João de Castilho, Santo Antonio de Sant’Ana Galvão, Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus e São José de Anchieta. Cabe ainda menção ao caso do Padre Cícero, reabilitado por meio de carta enviada pelo cardeal Pietro Parolin à diocese do Crato, em que a biografia e as ações do religioso brasileiro são consideradas consoantes com o modelo de Igreja propugnado por papa Francisco.

A canonização, em 15/10/2017, de trinta proto-mártires potiguares elevou para trinta e seis o número de canonizados brasileiros – elemento significativo no relacionamento bilateral, sobretudo quando se tem presente a condição do Brasil de maior país católico do mundo. Na ocasião, a AGU, ministra Grace Mendonça, representando o senhor PR na cerimônia, manteve reunião com o secretário de Estado da Santa Sé, cardeal Pietro Parolin.

Os massacres ocorreram em 1645 nas localidades de Cunhaú (70 mortos) e Uruaçu (80 vítimas), atuais municípios de Canguaretama e São Gonçalo do Amarante, ambos no Rio Grande do Norte. Foram praticados por duzentos soldados holandeses calvinistas e outros tantos índios potiguares. Em Cunhaú, morreu o Padre André, com seus fiéis, no incêndio da capela de Nossa Senhora das Candeias, em cujo interior fora trancado pelos invasores, enquanto celebrava a missa dominical. Já em Uruaçu, Padre Ambrósio foi torturado e assassinado, ao passo que o camponês Mateus Moreira, ainda vivo, teve seu coração arrancado pelas costas. Por essa razão, em 2005, o Beato Mateus Moreira foi reconhecido como Patrono dos Ministros Extraordinários da Comunhão Eucarística.

A última reunião de Consultas Políticas com a Santa Sé teve lugar em 02/09/2016, entre o então senhor SGEAM, embaixador Fernando Simas Magalhães e o Monsenhor Antoine Camilleri, subsecretário para Relações com os Estados da Santa Sé. Ambas as partes concordaram quanto à importância de manter diálogo político contínuo sobre temas da agenda internacional.

Visitas de autoridades

O Papa João Paulo II esteve no Brasil em três oportunidades: 1980, 1991 e 1997. Na primeira delas, permaneceu doze dias em território brasileiro; em 1991, dez dias; em 1997, visitou o Brasil no contexto da II Encontro Mundial com as Famílias, realizado no Rio de Janeiro.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso visitou o Vaticano três vezes, em 1997, 1999 e 2002. O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva compareceu às exéquias do papa João Paulo II, em abril de 2005, acompanhado dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, José Sarney e Itamar Franco. Em 2008, o então presidente Lula da Silva foi recebido em audiência pelo Papa Bento XVI e manteve reunião com o então secretário de estado, cardeal Tarcisio Bertone.

Por ocasião da missa inaugural do pontificado de Francisco, em março de 2013, a ex-presidente Dilma realizou visita oficial ao Vaticano, tendo sido recebida pelo papa em audiência oficial no dia 20 de março.

O Papa Francisco veio ao Brasil em julho de 2013 por ocasião da XXX Jornada Mundial da Juventude, em sua primeira viagem internacional no exercício do

pontificado. Além de participar de atividades especificamente relacionadas à Jornada, visitou o hospital São Francisco, celebrou missa no Santuário de Aparecida (SP) e manteve encontros com bispos brasileiros e latino-americanos.

A então presidente Dilma Rousseff voltou a visitar a Santa Sé em fevereiro de 2014, durante o Consistório em que foi ordenado cardeal o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Orani Tempesta.

Em 24 de abril de 2014, o então Vice-Presidente Michel Temer e o então presidente do Senado Renan Calheiros participaram da cerimônia de canonização de José de Anchieta no Vaticano.

O papa Francisco anunciará, em sua passagem pelo Brasil em 2013, intenção de regressar ao Brasil em 2017 para as celebrações dos 300 anos da aparição de Nossa Senhora de Aparecida. Entretanto, ainda em 2016, o Santo Padre cancelou a viagem, citando dificuldades de agenda.

POLÍTICA INTERNA

Estrutura e funcionamento da Santa Sé

A Santa Sé é constituída pelo Papa e pelas instituições da Cúria Romana, à qual o clero é subordinado. Seu organograma foi estabelecido pela Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, promulgada em junho de 1988, configurando-se como se segue:

a) Papa: exerce tríplice função, como bispo de Roma, chefe da Igreja católica e chefe de Estado da Cidade do Vaticano. Para cada uma dessas funções, apoia-se em uma organização específica. Como sucessor de São Pedro à frente da Igreja, o Papa herdou a titularidade de Roma e a missão de garantir a unidade da Igreja e da fé. Como bispo, participa do Colégio Episcopal; como bispo de Roma, preside-o. O Papa confia a direção da diocese de Roma a um cardeal-vigário, cuja sede é a basílica de São João de Latrão, catedral de Roma. O Papa exerce, com o conjunto dos bispos, a chefia da Igreja Católica. Para o exercício dessa responsabilidade, o Papa e o Colégio Episcopal valem-se de um conjunto de organismos sediados em Roma sob sua autoridade: a Cúria Romana, secretariados e tribunais, entre outras instituições.

Na qualidade de chefe do Estado da Cidade do Vaticano, o Papa exerce a totalidade dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Governa a Igreja e sua base territorial como monarca absoluto, eleito para mandato vitalício. É assistido pelo secretário de estado, atualmente o cardeal Pietro Parolin, que atua como Primeiro-Ministro ou Chefe de Governo.

b) Colégio Cardinalício, ou Sacro Colégio: é composto pelos cardeais, que são os principais colaboradores e assistentes do Papa. O título de cardeal lhes confere participação no governo da Igreja em Roma. A nomeação dos cardeais é da competência

direta do pontífice, que formaliza sua escolha no contexto de um Consistório. A outorga do título é feita em missa solene. Não há limitação de número ou idade para participação dos cardeais no Colégio Cardinalício.

Desde a metade do século XI, cabe aos cardeais, reunidos em conclave, eleger um novo Papa. A escolha recai habitual, mas não necessariamente, sobre um dos integrantes do Sacro Colégio. Desde o pontificado de Paulo VI, o número de eletores em um conclave é limitado a 120 cardeais com menos de 80 anos. As regras de eleição são ditadas pela Constituição Apostólica Universi Dominici Gregis, de João Paulo II (1996), modificadas por dois documentos “motu proprio” do Papa Bento XVI — um, datado de 11 de junho de 2007, que reestabeleceu a necessidade de maioria qualificada de dois terços dos votos dos cardeais presentes para a escolha do pontífice em todos os escrutínios, e outro, de 22 de fevereiro de 2013, que, entre outras disposições, permite o início do conclave após quinze dias da vacância do cargo.

Durante a “sede vacante”, declarada quando da morte do Papa - ou sua renúncia - até a eleição do seu sucessor, o Colégio Cardinalício exerce algumas funções no governo geral da Igreja e do Estado do Vaticano. O “Camerlengo” é o responsável pela administração dos bens e direitos temporais da Santa Sé entre o fim de um pontificado e o início do seguinte.

O Colégio Cardinalício é formado atualmente por 213 cardeais, dos quais 113 são eletores. Mais de um quinto (25) provém da Itália, vinte da América Latina, sendo quatro do Brasil.

c) Sínodo dos Bispos: foi criado pelo Papa Paulo VI, em 1965, como instituição democratizadora do poder na Igreja, no âmbito das inovações trazidas pelo Concílio Vaticano II. Trata-se de foro de reflexão e de debate colegiado, do qual participam bispos e arcebispos dos países selecionados pelo Papa em função dos temas discutidos. Relativamente pouco acionado por João Paulo II, recebeu grande impulso no pontificado de Bento XVI, que convocou cinco sínodos, sobre os temas eucaristia (2005), evangelização (2008), África (2009), Oriente Médio (2010) e Nova evangelização para transmissão da fé cristã (2012). No pontificado de papa Francisco foram realizados, até o momento, três sínodos: Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização (2014), A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo (2015) e o sínodo sobre a juventude (2018). Em 15/10/2017, o papa convocou oficialmente a “Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica”, que terá lugar em Roma, em outubro de 2019.

d) Cúria Romana: é a cúpula da Santa Sé e compreende os seguintes órgãos: a Secretaria de Estado e seus dicastérios (órgãos assemelhados aos ministérios), o Sínodo dos Bispos, os Tribunais, as Comissões Pontifícias, a Guarda Suíça, o Escritório de

Trabalho da Sé Apostólica, as Academias Pontifícias e as instituições ligadas à Santa Sé, como a Tipografia Vaticana e o Pontifício Instituto de Música Sacra.

e) Secretaria de Estado: é o órgão mais elevado na hierarquia da Cúria Romana e que mais de perto colabora com o Papa no exercício de sua missão. Cabe-lhe assegurar o bom andamento e a coordenação quotidiana das atividades dos órgãos da Santa Sé. Sua origem remonta ao século XV, quando Inocêncio VIII instituiu a “Secretaria Apostólica”. O Secretário de Estado é o primeiro colaborador do Papa, máximo expoente da atividade política e diplomática da Santa Sé. A Secretaria de Estado divide-se na Primeira Seção e na Segunda Seção, que se encarregam dos assuntos gerais do Estado e do Pontífice e das relações exteriores da Santa Sé, respectivamente:

- A Primeira Seção é confiada a um arcebispo denominado “substituto para os assuntos gerais” (“sostituto”), equivalente ao cargo de Vice-Primeiro-Ministro. Ocupa-se da organização das atividades do Papa; da comunicação e das relações entre diferentes órgãos da Cúria Romana; da tradução oficial dos documentos pontifícios; da publicação da *“Acta Apostolicae Sedis”*, boletim oficial dos atos e documentos públicos da Sé Apostólica; da supervisão do Escritório Central de Estatística da Igreja; da redação das cartas apostólicas, do Protocolo e das questões jurídicas e de pessoal, inclusive aquelas relativas ao serviço exterior. Estão apensos à Primeira Seção, porém com autonomia administrativa, a Sala de Imprensa da Santa Sé, o “Osservatore Romano”, a Rádio Vaticana e o Centro Televisivo Vaticano.

- A Segunda Seção, também dirigida por um arcebispo, o Secretário para as Relações com os Estados, coadjuvado por um Subsecretário para as Relações com os Estados, ocupa-se do relacionamento com os demais sujeitos de Direito Internacional. Cabe-lhe supervisionar a representação diplomática da Santa Sé e a negociação de tratados e acordos internacionais. A Segunda Seção pode opinar - devidamente instruída pelo Pontífice e ouvidas as unidades competentes da Cúria - sobre nomeações dos titulares para as dioceses, assim como sobre a instituição ou modificação daquelas. Em colaboração com a Congregação para os Bispos, participa do processo de nomeação episcopal nos países que mantêm acordos sobre a matéria com a Santa Sé.

f) Núncios apostólicos: representantes diplomáticos da Santa Sé, são arcebispos com precedência de Embaixador e têm uma dupla dimensão, a diplomática e a intraeclesial, pois são também acreditados perante a Igreja do país onde servem. Uma das principais atribuições dos núncios na esfera eclesiástica é a organização de listas para a nomeação dos bispos nos países onde estão acreditados. A Santa Sé é representada por “observadores permanentes”, “observadores” ou “enviados especiais” nos organismos internacionais perante os quais é acreditada;

g) Dicastérios: são unidades assemelhadas aos ministérios. Dividem-se em congregações e conselhos pontifícios. Os primeiros, chefiados por prefeitos,

encarregam-se de temas vinculados à religião; os últimos, chefiados por presidentes, tratam de questões afetas às relações da Igreja Católica com os fiéis. Algumas congregações remontam ao século XVI, como a do Santo Ofício, criada por Paulo III, em 1542, hoje denominada Congregação para a Doutrina da Fé, e a Congregação para as Causas dos Santos, criada por Sisto V, em 1588. Os titulares dos dicastérios provêm de inúmeros países, em processo de internacionalização iniciado por Pio XII e aprofundado por Paulo VI.

Características do atual pontificado

Após a renúncia do Papa Bento XVI, em fevereiro de 2013, teve início o conclave que elegeu, no dia 13 de março, o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio. O 266º Papa da história da Igreja adotou o nome de Francisco.

Cerca de um mês depois de eleito, Francisco anunciou a criação de grupo de oito cardeais e um monsenhor para auxiliá-lo no exame de reformas no governo da Igreja. O pontificado de Francisco tem-se notabilizado pela valorização da misericórdia, pela defesa de uma “Igreja pobre” e pela abertura desta às necessidades concretas dos fiéis, em um processo denominado pelo próprio santo padre de “conversão pastoral”.

As principais diretrizes de seu ministério estão presentes na exortação apostólica “*Evangelii Gaudium*”, escrita após o sínodo dos bispos sobre “A nova evangelização para a transformação da fé cristã” e publicada em novembro de 2013. Do referido documento, constam temas como a “transformação missionária da Igreja”, a “dimensão social da evangelização”, a valorização da família, a promoção da paz e da justiça social, o respeito pela criação, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e o papel do pregador na sociedade contemporânea, que conferem ao texto o caráter de um “road map” do atual pontificado. Ao mesmo tempo, é possível identificar nos três anos de papado bergogliano o claro propósito de concluir o Concílio Vaticano II, buscando a implementação efetiva de pontos que, devido a circunstâncias históricas, restaram pendentes durante os pontificados de seus antecessores.

Requisito considerado fundamental para a transformação da Igreja Católica em uma “igreja de saída”, ou em uma “igreja na estrada”, é a reforma da Cúria Romana, iniciada por Bento XVI e acelerada por Francisco, tanto do ponto de vista de sua estrutura e funcionamento, como de seu modo de conceber a atuação da Igreja. Desse modo, com o auxílio do citado Conselho de Cardeais, o papa tenciona racionalizar a administração da Igreja, de modo a convertê-la em uma organização de pastores voltada para a promoção do bem-comum e a solução de problemas concretos das populações mais fragilizadas.

POLÍTICA EXTERNA

Na qualidade de agente diplomático, a Santa Sé dispõe, como os demais Estados, de direito de delegação ativo e passivo, do exercício de *ius contrahendi* para a negociação de acordos e tratados e de capacidade de mediação de conflitos internacionais. Mantém relações diplomáticas com 180 países, dos quais 86 estão representados por embaixadores residentes em Roma. Acreditadas também junto à Santa Sé estão a União Europeia, a Ordem de Malta e o estado da Palestina. A Santa Sé tem status de observadora permanente nas Nações Unidas, com direito a voz. É membro pleno ou observador de agências especializadas das Nações Unidas e de outros organismos internacionais.

Temas globais

A atual política externa da Santa Sé reflete a visão de um mundo multifacetado e interconectado, que demanda estratégias complexas para a promoção da paz, a difusão do evangelho e a defesa da liberdade religiosa, objetivos primordiais da Igreja. Nesse contexto, a política externa vaticana orienta-se pelo princípio de “construir pontes” em um mundo que estaria vivendo processo de desagregação. Para tanto, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e a atenção aos países em desenvolvimento, assim como às periferias dos países desenvolvidos, têm sido preponderantes na elaboração da agenda de viagens apostólicas e nos contatos com líderes políticos e religiosos.

Resultados dessa visão incluem visitas à Jordânia, à Palestina e ao Egito; o encontro entre o Papa e o patriarca de Moscou; o esforço para não isolar a Rússia; a mediação do reatamento de relações entre Cuba e Estados Unidos; as visitas à Bósnia e Herzegovina, Armênia, Geórgia e Azerbaijão; as viagens à América Latina; nas alocuções ao Congresso dos EUA, em que advogou a proteção dos imigrantes, e à Assembleia Geral da ONU, em que defendeu a reforma do Conselho de Segurança e dos organismos executivos e financeiros com vistas a “evitar abusos e a usura” contra os países em desenvolvimento; a visita à mesquita de Bangui e à sinagoga de Roma, no encontro com o Imã da universidade egípcia de Al-Azhar e a aceitação do convite para participar, em Estocolmo, da comemoração dos 500 anos da Reforma Protestante; a condenação do tráfico de pessoas e do tráfico de armas.

Em mensagem ao corpo diplomático junto à Santa Sé, em 2017, o Pontífice recordou que a paz permanece para muitos uma “miragem distante”. Estreitamente ligadas à ausência de paz, na visão de Bergoglio, estariam a corrupção e a desigualdade social. Com relação à primeira, o pontífice informou que a Santa Sé depositou formalmente, em 2016, o instrumento de adesão à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela AGNU em 2003. No tocante à desigualdade, lembrou os

cinquenta anos da encíclica "Populorum Progressio", de Paulo VI, baseada na ideia de que "o caminho da paz passa pelo desenvolvimento". O Santo Padre apontou como inimigas da paz também a produção e o comércio de armamentos e a ideologia. Da ideologia, disse que se utiliza do "desconforto social" para fomentar o desprezo e o ódio, ao considerar o outro como um inimigo a ser aniquilado.

O Santo Padre tem promovido ainda a "cultura da misericórdia", que encontra sua expressão mais concreta na proteção aos imigrantes e refugiados. Sobre essa questão, Bergoglio voltou a matizar sua posição em favor do acolhimento e integração dos imigrantes ao mencionar a necessidade de um "enfoque prudente" por parte dos governos dos países receptores, com vistas a oferecer aos imigrantes uma vida digna sem, contudo, ameaçar a segurança de seus cidadãos e sua própria identidade cultural.

O papa considera como prioritária a proteção às crianças e aos jovens, especialmente vulneráveis nas áreas afetadas por conflitos e pela pobreza extrema, e referiu-se em particular aos jovens que sofrem as consequências da guerra na Síria, exortando a comunidade internacional a promover negociação "séria" para pôr fim ao conflito e a garantir a necessária assistência humanitária à população.

A crise migratória que afeta a Europa tem merecido a máxima atenção do atual pontificado, crítico sobretudo da resistência de países europeus em acolher imigrantes em seus territórios. A Santa Sé tem apontado a falta de visão e estratégia da Europa e considera que os migrantes e refugiados não constituem problema, mas sim a solução para países que há décadas apresentam taxas negativas de crescimento populacional. Na busca de soluções para o problema, o papa Francisco propõe o estabelecimento de projetos de médio e longo prazo que ultrapassem as respostas emergenciais, com vistas a viabilizar a integração dos imigrantes nos países de acolhimento, ao mesmo tempo em que sublinha a necessidade de favorecer os países de origem com políticas solidárias, sem, contudo, "condicionar as ajudas a estratégias e práticas ideologicamente alheias ou contrárias às culturas dos povos a que se destinam".

Com respeito ao meio ambiente, a encíclica "Laudato Si – sobre o cuidado da casa comum", publicada em junho de 2015, seis meses antes da realização da Conferência da ONU sobre Mudança de Clima, aprofundou ideias esboçadas na exortação "Evangelii Gaudium" e tornou-se documento de reflexão sobre a crise ecológica e, principalmente, sua conexão com a pobreza e o subdesenvolvimento. Na encíclica, apoia-se o conceito de "ecologia integral", que pressupõe a conexão entre todas as criaturas da Terra. Além disso, formula severa crítica ao estilo de vida da sociedade contemporânea, alicerçado no consumismo e na "cultura do descarte", que resulta na exclusão e marginalização de grandes contingentes da população mundial.

Sínodo "panamazônico

A Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica (“sínodo pan-amazônico”) terá lugar em Roma, nos dias 22 a 24 de outubro do corrente ano. O primeiro encontro preparatório para o sínodo foi a reunião que o papa Francisco manteve em janeiro de 2018, em visita ao Peru, com indígenas na cidade de Puerto Maldonado, na tríplice fronteira com Bolívia e Brasil. O segundo encontro ocorreu em Roma, em 12 e 13/04/18. Na ocasião, os 18 membros do Conselho Sinodal participaram da elaboração de documento preparatório para o sínodo, intitulado “Novos Caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral”. Além deste documento, está em preparação o Documento de Trabalho, cuja publicação está prevista para junho próximo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

60 DC	Fundação da Igreja de Roma pelo apóstolo Pedro.
64	Morte de São Pedro, considerado o primeiro Bispo de Roma.
313	Publicação do <i>Édito de Milão</i> pelo Imperador Constantino, por meio do qual se concede a liberdade religiosa aos cristãos.
380	O Imperador Teodósio I declara a Igreja Católica como a religião oficial do Império Romano.
756	O Bispo de Roma, recebe de Pepino, o Breve, Rei dos Francos, os territórios dos <i>Estados Papais</i> , que perdurarão como sede do poder temporal da Igreja até a Reunificação Italiana, em 1870.
1053-1484	Grande Cisma do Oriente leva à separação entre os ramos latino e ortodoxo da Igreja, fundada em diferenças teológicas e na aspiração do Bispo de Roma a exercer primado sobre todos os demais. O ramo ocidental da Igreja passa a reconhecer a primazia do Papa.
1309-1376	Após a eleição do francês Clemente V para o papado, sete Papas consecutivos estabelecem sua residência em Avignon, na França, sob crescente influência da Coroa francesa.
1378-1415	Grande Cisma do Ocidente: estabelecem-se duas linhas distintas e rivais de Papas — uma em Roma, uma em Avignon —, cada uma proclamando-se a única legítima. Toda a Europa se divide entre Estados que prestam lealdade ao Papa romano ou ao Antipapa de Avignon.
1517	Início da Reforma Protestante, com a publicação das <i>95 Teses</i> de Martinho Lutero.
1545-1563	Contra-Reforma lançada pelo Concílio de Trento.
1860	Partes importantes dos Estados Papais (Umbria, Marche, parte da Emilia Romagna e o Lácio) são incorporadas ao novo Estado italiano.

1870-1871	Primeiro Conselho do Vaticano declara a infalibilidade papal em assuntos de fé e moral. Partida das tropas francesas que protegiam o Papa. Incorporação de Roma ao Reino da Itália.
1929	Tratado de Latrão, firmado por Benito Mussolini e o Papa Pio XI, restaura a jurisdição soberana do Papa sobre o Estado da Cidade do Vaticano. O catolicismo torna-se religião oficial de Estado do Reino da Itália.
1947	Nova Constituição italiana confirma a soberania do Vaticano.
1978	João Paulo II torna-se o primeiro Papa não-italiano em mais de 400 anos.
1985	Novo acordo entre a Itália e a Santa Sé pelo qual o catolicismo deixa de ser a religião de Estado na Itália.
2005	Morre João Paulo II, encerrando-se o terceiro pontificado mais longo da história (26 anos, 5 meses e 15 dias). Início do pontificado de Bento XVI.
2013	Renúncia de Bento XVI. Início do papado de Francisco, o primeiro Pontífice latino-americano.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1824	A primeira Constituição brasileira formaliza o regime do Pároco, segundo o qual o catolicismo torna-se a religião oficial do Império.
1826	Mons. Francisco Corrêa Vidigal, Plenipotenciário enviado por Dom Pedro I, apresenta cartas credenciais ao Papa Leão XII.
1862	Acordo sobre Missões Apostólicas entre os Indígenas, por troca de notas de 28 de outubro.
1872-1875	A “Questão religiosa”, envolvendo o poder de nomear bispos, abala o relacionamento entre a Igreja e o Império.
1891	A primeira Constituição republicana estabelece a separação entre Estado e Igreja e a liberdade religiosa.
1919	A representação brasileira junto à Santa Sé é elevada ao nível de Embaixada.
1934	Primeira visita de um Secretário de Estado Vaticano ao país, Cardeal Eugenio Pacelli, futuro Papa Pio XII.
1980	João Paulo II é o primeiro Papa a visitar o Brasil.
1985	Presidente eleito Tancredo Neves visita o Papa João Paulo II.
1986	Visita do Presidente José Sarney ao Papa João Paulo II.
1990	Visita do Presidente Fernando Collor ao Papa João Paulo II.
1991	Segunda viagem de João Paulo II ao Brasil.
1997	O Presidente Fernando Henrique Cardoso realiza a primeira Visita de Estado de Presidente brasileiro à Santa Sé.

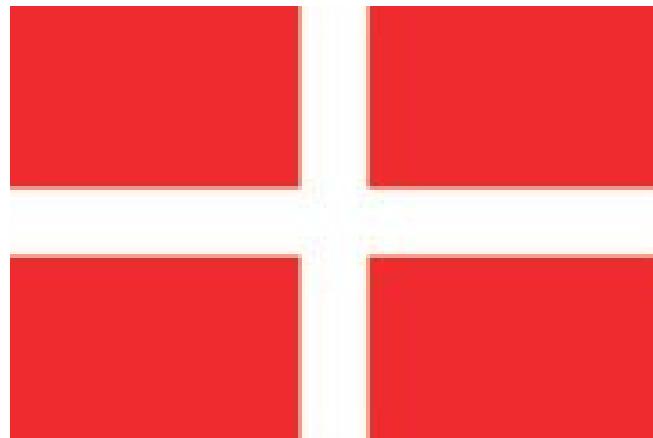
1997	Terceira viagem de João Paulo II ao Brasil, no contexto do II Encontro Mundial com as Famílias, no Rio de Janeiro.
2005	Primeira visita do Presidente Inácio Lula da Silva ao Vaticano, para participar do funeral do Papa João Paulo II.
2007	O Papa Bento XVI visita o Brasil e abre os trabalhos da V Reunião da Conferência Episcopal Latino Americana.
2008	Segunda visita do Presidente Inácio Lula da Silva ao Vaticano. Assinatura do Acordo sobre o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil (novembro).
2013	Primeira visita da Presidente Dilma Rousseff ao Vaticano, para participar da Missa Inaugural do Papa Francisco I (março)
2013	Primeira visita do Papa Francisco I ao Brasil, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro (julho).
2014	Presidente Dilma Rousseff assiste, no Vaticano, ao Consistório de criação de novos cardeais, incluindo o brasileiro Dom Orani Tempesta (fevereiro)
2014	Visita do Vice-Presidente Michel Temer e do Presidente do Congresso Renan Calheiros a Roma para assistir à missa de canonização do Padre José de Anchieta (abril)
2016	Reunião de consultas políticas Brasil-Vaticano (entre o senhor SGEAM e o Subsecretário para Relações com os Estados, monsenhor Antoine Camillieri)
2017	Cerimônia de canonização dos mártires de São Gonçalo do Amarante e de Canguaretama, que elevou de 6 para 36 o número de santos brasileiros. O senhor PR foi representado pela senhora AGU, ministra Grace Mendonça, que manteve reunião com o secretário de Estado da Santa Sé, cardeal Pietro Parolin.

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé Relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil	13/11/2008	10/12/2009	12/02/2010
Acordo sobre Assistência Religiosa às Forças Armadas	23/10/1989	23/10/1989	22/11/1989

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento de Europa
Divisão de Europa-III

**ORDEM SOBERANA MILITAR E HOSPITALAR DE SÃO JOÃO DE
JERUSALÉM, DE RODES E DE MALTA**



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2019

APRESENTAÇÃO

A Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta (“Ordem de Malta”) é uma entidade internacional com a qual o Brasil mantém relações diplomáticas plenas. Foi estabelecida no século XI como uma comunidade monástica dedicada a São João Batista, com a finalidade de administrar um hospital para assistência aos peregrinos que se dirigiam a Jerusalém, então sob domínio dos califas do Egito.

Com a conquista de Jerusalém pelos cristãos na Primeira Cruzada (1099), a Ordem assumiu funções militares de defesa dos doentes e peregrinos. Uma bula do Papa Pascoal II, de 15 de fevereiro de 1113, colocou o hospital de São João sob a proteção da Santa Sé e assegurou aos membros da Ordem, originalmente ligados aos beneditinos, o direito de eleger livremente os seus chefes, sem intervenção de qualquer outra autoridade eclesiástica. Iniciou-se, então, a trajetória independente da Ordem do Hospital de São João, já consagrada aos seus dois fins: “obsequium pauperum” (a serviço dos pobres) e “tuitio-fidei” (a proteção da fé).

Após a queda do reino cristão de Jerusalém em 1291, a Ordem se estabeleceu provisoriamente no Chipre. Em 1310, após conquistar a Ilha de Rodes, adquiriu soberania territorial e passou a exercer o papel de bastião da cristandade no Mediterrâneo Oriental. Era governada por um Grão-Mestre (que detinha o título de Príncipe de Rodes e, posteriormente, o de Príncipe de Malta), que exercia sobre a ilha de Rodes prerrogativas soberanas, de acordo com o direito feudal.

Uma frota poderosa permitiu à Ordem participar de cruzadas na Síria e no Egito, patrulhar os mares e repelir ataques dos muçulmanos durante dois séculos. Em 1523, após assédio de 5 meses, os cavaleiros de Rodes renderam-se às tropas do Sultão Solimão, o Magnífico, cedendo a ilha aos turcos. Durante sete anos a Ordem viu-se privada de território mas, em 1530, o Imperador Carlos V cedeu-lhe como domínios soberanos, com a aprovação do Papa Clemente VII, as ilhas de Malta, Gozo e Comino, bem como Trípoli, no norte da África. Foi estipulada então a neutralidade da Ordem nas guerras entre nações cristãs. Continuava, porém, a atividade militar em defesa da cristandade. Os Cavaleiros de Malta (como passaram a ser chamados) derrotaram, em 1565, as tropas turcas que os assediavam e participaram, em 1571, da batalha de Lepanto, que liquidou o poderio naval otomano. No século XVII, o Grão-Mestre da Ordem passou

a ostentar o título de Príncipe do Santo Império Romano, dignidade equivalente à de Cardeal da Igreja Católica, com o apelativo de Eminência.

A Ordem permaneceu em Malta até 1798, quando, durante sua expedição ao Egito, Napoleão Bonaparte ocupou a ilha em função de seu valor estratégico. Por causa do código da Ordem que os proibia de levantar armas contra outros cristãos, os cavaleiros foram forçados a deixar Malta. Após ter sido expulsa de Malta por Napoleão, a Ordem teve sedes temporárias até fixar-se em Roma, em 1834. Em 1879, o papa Leão XIII restabeleceu a dignidade do Grão-Mestre e as honras cardinalícias que o acompanham.

A Ordem possui um status de Direito internacional sui generis: embora não possua território próprio (apenas alguns imóveis), recebe tratamento equiparado ao de um Estado, com soberania reconhecida por mais de 100 países. Mantém relações diplomáticas e emite passaportes. Participa da Organização das Nações Unidas como Observador. Sua população permanente é de apenas três pessoas, o príncipe, o grão-mestre e o chanceler. Em Roma, mantém duas propriedades (o Palácio de Via Condotti e a Vila do Monte Aventino) que gozam do regime de extra-territorialidade. A ordem possui 13.500 membros, 80.000 voluntários permanentes e 20.000 profissionais da saúde associados, incluindo médicos e enfermeiros.

PERFIL BIOGRÁFICO



Grão-Mestre e Príncipe da Ordem de Malta Sua Alteza Eminentíssima, Giacomo Dalla Torre del Tempio di Sanguinetto

Nasceu em Roma em dezembro de 1944. Formou-se em Artes e se especializou em Arqueologia Cristã e História da Arte na Universidade de Roma, La Sapienza.

Em 1993, ingressou como cavaleiro professo na Ordem Soberana de Malta. De 1994 a 1999, ocupou o cargo de Grande Prior da Lombardia e Veneza. De 1994 a 2004, fez parte do Conselho Soberano - órgão que auxilia o grão-mestre em suas funções de governo.

Em 29 de abril de 2017, foi eleito pelo Conselho de Estado como lugar-tenente do Grão-Mestre da Ordem Soberana Militar de Malta, em substituição ao inglês Matthew Festing, que renunciou ao cargo em janeiro de 2017. No dia 04 de maio de 2017, foi eleito 80º grão-mestre da Ordem de Malta. É o primeiro de nacionalidade italiana em três décadas.

O cargo de grão-mestre é vitalício. O supremo chefe maltense governa um contingente de 13.500 cavaleiros e damas. É responsável pela gestão de três mil hospitais e ambulatórios, bem como de 2 mil projetos nas áreas de assistência médica e social em todo o mundo.

RELAÇÕES BILATERAIS

Data de 6 de dezembro de 1951 o comunicado oficial divulgado simultaneamente no Rio de Janeiro e em Roma pelo qual o governo brasileiro reconhece “o estatuto internacional da Ordem Soberana e Militar de Malta”. As duas partes estabeleceram relações diplomáticas com a criação de uma Legação da Ordem de Malta no Rio de Janeiro e uma Legação do Brasil em Roma.

Em 1956, o Brasil designou seu primeiro representante diplomático junto à Ordem, na pessoa do ministro-conselheiro da Embaixada junto à Santa Sé, que foi acreditado como encarregado de negócios interino. Em 1959, foram equiparadas as representações, com o credenciamento do embaixador junto à Santa Sé como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto à Ordem de Malta. Em 1966, a Ordem manifestou o desejo de ver elevada a representação diplomática à categoria de embaixada, o que foi acolhido pelo governo brasileiro. O atual representante brasileiro junto à Ordem de Malta (cumulativo com a Santa Sé) é o embaixador Luiz Felipe Mendonça Filho, que apresentou cartas credenciais em 18/09/2017.

O grão-mestre visitou o Brasil em 1966, 1984 e 1990. O chanceler brasileiro visitou a sede da Ordem, em Roma, em 1966. O programa oficial das visitas foi estritamente protocolar, aspecto que tem caracterizado as relações entre o Brasil e a Ordem. O atual grão-mestre manifestou desejo de realizar visita ao Brasil e de estabelecer cooperação com o governo brasileiro para combate à hanseníase.

A Ordem de Malta está presente no Brasil por meio de três associações, em São Paulo (fundada em 1956), Rio de Janeiro (1957) e Brasília (1984). Existe ainda o Conselho Nacional das Associações Brasileiras da Ordem Soberana e Militar de Malta, fundado em 2004 e localizado em Brasília. As entidades têm atuado no Brasil por meio do estabelecimento de creches, inclusive para pessoas com necessidades especiais, e de lares para idosos e para crianças abandonadas; do atendimento médico e odontológico; da reabilitação de adolescentes com antecedentes penais; da criação de centros profissionalizantes; e da assistência social a povoados ribeirinhos carentes da Região Norte.

POLÍTICA INTERNA

Segundo sua constituição atual, a Ordem Soberana Militar de Malta tem caráter religioso, leigo, militar, cavalheiresco e tradicionalmente nobiliárquico. Suas atividades são coordenadas por seis Grandes Priorados, três Subpriorados e 47 Associações Nacionais presentes nos cinco continentes.

O órgão máximo da Ordem é o Conselho Soberano, presidido pelo grão-mestre, que é eleito para ocupar o cargo vitalício como príncipe e religioso superior. Para habilitar-se à eleição, é necessário ser cavaleiro professo, que atenda aos requisitos de votos de pobreza, castidade e obediência, além de possuir ascendência nobre de ao menos 200 anos, tanto pelo lado paterno como materno. O Conselho Soberano é integrado ainda pelo grão-comandante, pelo grão-chanceler, pelo grão-hospitalário, pelo tesoureiro e por outros seis membros, todos eleitos para um mandato de cinco anos. Somente católicos podem participar da Ordem.

Na década de 1950, a Ordem de Malta solicitou ao Papa a criação de um tribunal cardinalício com o objetivo de determinar a natureza de seus atributos de ordem soberana e de ordem religiosa. O acórdão, proferido em 1953, estabeleceu que a qualidade soberana da Ordem, reconhecida pela Santa Sé, consiste no gozo de certas prerrogativas inerentes à própria Ordem como sujeito de direito internacional. No tocante à qualidade religiosa, afirmou que a Ordem ficaria subordinada à Santa Sé.

A Ordem enfrenta atualmente o problema do uso indevido de seu nome por “falsas” ordens, muitas vezes com objetivos fraudulentos. Existem, não obstante, duas outras ordens “autênticas”, continuadoras da ordem do hospital que não se pretendem soberanas e com as quais a Ordem de Malta mantém amistosa colaboração: a Venerabilíssima Ordem do Hospital de São João de Jerusalém, com sede na Inglaterra, e a “Johanniterorder”, na Alemanha.

Dentre as prioridades da Ordem de Malta, encontra-se a reforma da Carta Constitucional (de 1961, emendada em 1997), de forma a reduzir suas potenciais debilidades, realçadas na crise deflagrada pela demissão, em 2017, do grão-chanceler Boeselager e que culminou com a renúncia do grão-mestre Festing. Pretende-se, com a reforma, fortalecer a vida espiritual da Ordem e aumentar o número de membros “professos”, que hoje somam poucas dezenas em universo de 13.500 cavaleiros e damas. A preocupação da Santa Sé com a renovação espiritual da Ordem de Malta constitui

razão para alívio de setores tradicionalistas da Igreja que, segundo divulgado por meios vaticanos e católicos, temiam manobras da “ala alemã” da Ordem para “laicizar” o corpo de cavaleiros e reduzir a instituição secular a uma mera “ONG humanitária”.

POLÍTICA EXTERNA

O caráter distintivo da atuação da Ordem Soberana de Malta é a dedicação a obras humanitárias, sempre presente em sua história secular. A Ordem considera as relações diplomáticas como um meio para facilitar o exercício de suas atividades humanitárias.

No campo político, seu objetivo primordial é o de obter cada vez maior reconhecimento internacional, razão porque procura, sempre que possível, conduzir suas atividades assistenciais por via oficial.

A responsabilidade pela condução da diplomacia da Ordem compete ao secretário para assuntos estrangeiros, autoridade que interage com os chefes de missões diplomáticas acreditadas junto à Ordem e responde diretamente ao grão-mestre, embora sob a supervisão do grão-chanceler.

As representações da Ordem junto aos governos dos Estados são de dois tipos: representações diplomáticas e representações e delegações sem caráter diplomático. Algumas embaixadas da Ordem exercem diretamente atividades assistenciais nos países onde estão situadas.

Após a II Guerra Mundial, a Ordem iniciou esforço sistemático para obter reconhecimento, inicialmente dirigido à América Latina e, em seguida, à África e à Ásia. Para o êxito dessa iniciativa, contou com algumas condições favoráveis, como a religião comum nos países latino-americanos e o desejo dos países africanos de também afirmarem sua personalidade internacional.

A Ordem mantém relações diplomáticas com 106 estados e missões permanentes em diversos organismos multilaterais, entre os quais a União Europeia, ONU e diversas de suas agências. Mais de trinta países mantém embaixadores residentes junto à Ordem de Malta, em Roma.

A Organização das Nações Unidas admitiu a Ordem de Malta em agosto de 1994 com o status de observador permanente, em reconhecimento por suas atividades humanitárias. No âmbito das Nações Unidas, a Ordem mantém as seguintes missões

permanentes: na ONU, em Nova York, em Genebra e Viena; UNESCO, FAO, FIDA, OMS, ACNUR, OACDH, ONUDI, AIEA, ESCAP. Possui ainda delegações ou representações nos seguintes organismos internacionais: Conselho da Europa, Comitê Internacional para as Migrações, Organização dos Estados Americanos, Banco Inter-Americanano de Desenvolvimento, Instituto Internacional de Direito Humanitário, Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado, União Latina, União Africana, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural, Organização Internacional para a Migração, Organização Internacional da Francofonia e Comitê Internacional de Medicina Militar.

No plano da política internacional, a Ordem de Malta é neutra, imparcial e apolítica. As raras abordagens de temas com conotação política são feitas de maneira cautelosa e normalmente refletem as colocações mais genéricas do Papa sobre a paz.

Giacomo Dalla Torre tem enfatizado o elevado número de crianças (mais de 500 milhões) que vivem em países afetados por desastres causados pela ação humana. Manifestou especial apreensão com o tráfico de pessoas provenientes da Líbia e aludi à atuação da Ordem no resgate de refugiados no Mediterrâneo e às ações da “Malteser Internacional” (braço operacional da Ordem), responsável por projetos humanitários no Oriente Médio, na África, nas Américas e na Ásia.

A Ordem de Malta atua na mitigação dos efeitos de catástrofes naturais e epidemias em várias partes do mundo. Na África, notadamente no Quênia, Sudão do Sul e na Costa do Marfim, desenvolve projetos médicos na luta contra o ebola, a tuberculose e a AIDS. No Camboja, Laos e Vietnã assiste pobres e enfermos vítimas de lepra e desenvolve terapia para o seu tratamento. Mantém, em 21 países das Américas Central e do Sul, casas de repouso, centros médicos e instituições para “meninos de rua”, além de hospitais para mães e filhos portadores de HIV. Em Cuba, distribui aos necessitados cerca de 750.000 refeições por ano. No Peru, fornece medicamentos e tratamentos à população indígena das zonas rurais.

ECONOMIA

A Ordem Soberana de Malta mantém-se e conduz suas obras com recursos provenientes das seguintes fontes: doações voluntárias de seus membros; renda dos bens

da instituição; coletas organizadas por seus membros; “direito de passagem” (ou seja, cota de admissão); e cotas anuais pagas por seus membros. O orçamento da Ordem de Malta para a execução de suas atividades é de 2 bilhões de euros anuais.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Séc. XI	Criada como comunidade monástica dedicada a São João Batista, com a finalidade de administrar um hospital para assistência aos peregrinos em Jerusalém.
1310	Adquire soberania territorial sobre a ilha de Rodes.
1523	São expulsos de Rodes pelos Otomanos.
1530	O Imperador Carlos V cedeu-lhes, como domínios soberanos, as ilhas de Malta, Gozo e Comino.
1798	Ocupação francesa de Malta; expulsão dos cavaleiros.
1822	Pelo Tratado de Verona, a Ordem é reconhecida como um Estado soberano.
1834	A sede da Ordem estabelece-se em Roma, no Palazzo di Malta.
1869	O Palazzo di Malta e a Villa Malta receberam direitos extraterritoriais, tornando-se assim as únicas possessões territoriais "soberanas" da Ordem moderna.
1879	O Papa Leão XIII restabeleceu a dignidade de Grão-Mestre e as honras cardinalícias que a acompanham.
1994	Status de observador permanente nas Nações Unidas.
2001	Tratado bilateral com a República de Malta, que concedeu à Ordem o uso, com extraterritorialidade limitada, do Fort St. Angelo na cidade de Birgu.
2013	Celebração dos 900 anos do reconhecimento papal da Ordem.
2017	É eleito o atual grão-mestre da Ordem, frei Giacomo dalla Torre del Tempio de Sanguinetto.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1951	Estabelecimento de relações diplomáticas.
-------------	---

1966	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.
1966	Visita à Ordem de Malta do Ministro das Relações Exteriores do Brasil.
1984	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.
1990	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.